

O capítulo a seguir muda o foco dos catadores para os clientes do lixo. Investigamos objetos reaproveitados em Florianópolis partindo do ponto de vista dos consumidores desses objetos, buscando conhecer os valores a eles associados por esses consumidores. É recente esse reaproveitamento – como recente é a reciclagem municipal de resíduos sólidos em Florianópolis. Podemos relacionar a prática de reaproveitamento de materiais descartados a um ethos e a uma visão de mundo particulares? Buscamos abordar tais questões a partir da observação do consumo de um grupo de jovens de camadas médias com alto capital cultural, que optaram, no início da década de 1980, por construir suas casas com materiais reaproveitados de demolições de casas e edifícios.

A denominação de “grupo” é de quem investigou e não de quem depôs. Me sinto à vontade para considerá-los um grupo (no que respeita ao processo de construção de casas) porque durante o tempo em que as casas estavam sendo construídas, eles mantiveram um intenso contato mútuo, com visitas, passeios, idas à praia e ao cinema e muitas horas passadas juntos. Além disso, cooperaram entre si, com troca de opiniões sobre os projetos de construção, compras coletivas de materiais, troca de trabalho e assim por diante. Houve uma intensa identificação entre esses indivíduos, o que pode ser constatado pela observação do resultado da construção: as casas ficaram bastante semelhantes entre si.

O grupo estudado era constituído por nove indivíduos de classe média, que adquiriram terrenos em três lugares diferentes no bairro da Lagoa da Conceição: um localizado no Porto da Lagoa (três mu-

lheres e quatro homens que, inicialmente, pretendiam morar em uma casa comum, mas acabaram dividindo-se e construindo três casas), outro no Canto da Lagoa (Mana) e um no Canto dos Araçás (Antônio). Os sete do Porto da Lagoa eram originários de Porto Alegre, Antônio e Mana,¹ de São Paulo. Todos tinham escolhido viver em Florianópolis pelas oportunidades de trabalho (na Universidade, em empresas jornalísticas) e por sua Natureza. O que os motivava neste abandono dos grandes centros urbanos, vivendo pela ilha, era a convicção de que lá poderiam exercitar um estilo de vida mais condizente com os seus valores ecologistas,² feministas e de esquerda influenciada pelos movimentos sociais do pós-maio de 1968.

O alto capital cultural do grupo estudado aproxima seu ethos dos intelectuais de classe média estudados por Gilberto Velho (1998), em que o hedonismo, a vida comunitária, as viagens ao exterior eram valorizados. Porém, ao contrário do grupo estudado por Velho, aqui não é o consumo de substâncias ilegais que os une (embora também pudessem fazer uso delas), mas uma busca de ‘retorno à Natureza’, a uma ‘vida mais natural’, com um consumo ‘alternativo’ e práticas ecológicas (como o cuidado com o lixo orgânico). E, para o que nos interessa, o reaproveitamento de materiais descartados na construção de suas casas.

Pelo modo como se inseriam no sistema produtivo, os indivíduos desse grupo pertenciam à classe média.³ Pelo seu estilo de vida (GI-

1 Os nomes foram trocados.

2 Ecologia é usada, aqui, na acepção do grupo, adquirida nos movimentos sociais ecológicos da segunda metade do século XX. O conceito de ecologia apareceu pela primeira vez em 1866, forjado pelo biólogo alemão Ernst Haeckel para designar o ramo das ciências dos seres vivos que estuda as condições de existência e as interações entre os seres vivos e o meio ambiente (GRAWITZ, 1983).

3 “Uma classe não pode jamais ser definida apenas por sua situação e por sua posição em uma estrutura social, isto é, pelas relações que mantém objetivamente com as

DDENS, 2002; BOURDIEU, 1983), porém, eles se distinguem bastante da classe média brasileira da época.

Uso estilo de vida como:

Um conjunto mais ou menos integrado de práticas que um indivíduo abraça, não só porque essas práticas preenchem necessidades utilitárias, mas porque dão forma material a uma narrativa particular da autoidentidade (GIDDENS, 2002, p. 79).

E também no sentido de Bourdieu, mais voltado para escolhas estéticas:

O gosto, propensão e aptidão à apropriação (material e/ou simbólica) de uma determinada categoria de objetos ou práticas classificadas e classificadoras, é a fórmula generativa que está no princípio do estilo de vida. O estilo de vida é um conjunto unitário de preferências distintivas que exprimem, na lógica específica de cada um dos subespaços simbólicos, mobília, vestimentas, linguagem ou *hélix* corporal, a mesma intenção expressiva, princípio da *unidade de estilo* que se entrega diretamente à intuição e que a análise destrói ao recortá-lo em universos separados (BOURDIEU, 1983, p. 3).

outras classes sociais. Inúmeras propriedades de uma classe social provêm do fato de que seus membros se envolvem deliberada ou objetivamente em relações simbólicas com os indivíduos das outras classes, e com isso exprimem diferenças de situação e de posição segundo uma lógica sistemática tendendo a transmutá-las em distinções significantes. É a independência relativa do sistema de atos e procedimentos expressivos, ou por assim dizer, das marcas de distinção, graças às quais os sujeitos sociais exprimem, e ao mesmo tempo constituem para si mesmos e para os outros, sua posição na estrutura social (e a relação que eles mantêm com esta posição) operando sobre os “valores” (no sentido dos linguistas) necessariamente vinculados à posição de classe, uma duplicação expressiva que autoriza a autonomização metodológica de uma ordem propriamente cultural” (BOURDIEU, 2003, p. 14).

Nos deparamos, aqui, com o que Gilberto Velho já constataria ao estudar grupos de classe média baixa e de classe média alta, ou seja, encontrei “indivíduos ou famílias que, sob critérios socioeconômicos descritivos tipo renda, ocupação, etc., seriam incluídos na mesma categoria, mas que apresentavam fortes diferenças em termos de ethos e visão do mundo” (1981, p. 105-109). E isso porque, como aponta Velho, há, no contexto social, um campo de possibilidades dentro do qual se realizam mudanças no decorrer da execução de projetos.⁴

Este grupo de ecologistas se mostrou contra muitos dos consumos de suas famílias de origem, e buscou exercitar na ilha de Santa Catarina um outro estilo de vida. A valorização positiva do “moderno”, tão cara às camadas médias e altas no Brasil desde os tempos coloniais (NEEDEL, 1988) era constantemente contestada; assim como eram contestados o “consumismo”, a aquisição de bens materiais, especialmente eletrodomésticos e automóveis, muito presentes entre indivíduos de classe média na época em que tinham sido favorecidos pela expansão industrial, no período que ficou conhecido como o do Milagre Econômico.

⁴ “O que a noção de projeto procura é dar conta da *margem seletiva de escolha* que indivíduos e grupos têm em determinado momento histórico de uma sociedade. Por outro lado, procura ver a *escolha individual* não mais apenas como uma categoria residual da explicação sociológica, mas sim como elemento decisivo para a compreensão de processos globais de transformação da sociedade. Visa também focalizar os aspectos dinâmicos da cultura, preocupando-se com a *produção cultural* enquanto expressão de atualização de *códigos* em permanente mudança. Ou seja, os símbolos e os códigos não são apenas *usados*: são também *transformados e reinventados*, com novas combinações e significados. Entendo projeto como Schultz o definiu – *conduta organizada para atingir fins específicos* (1971). O sujeito da ação pode ser um indivíduo, um grupo ou uma categoria social. Chama-se a atenção para a importância da *dimensão consciente da ação* em que o sujeito se organiza para a realização de projetos definidos. (Velho 1981:107; *grifos do autor*).

Quem eram os indivíduos do grupo pesquisado? Classificá-los em uma tipologia não é fácil. Como integrante do grupo, vejo cada um como um ser único, com profundas diferenças entre si e qualquer tentativa de definição do seu modo de vida, de suas identidades, significaria demarcar um limite entre o eu e o outro, e entre o outro e o outro, que demandaria um espaço bem maior. Mas tentemos: o grupo estudado era constituído por indivíduos que deixaram centros urbanos brasileiros para viver em uma localidade turística, porém ainda semirrural em Florianópolis, a Lagoa da Conceição, no início dos anos 1980. Todos os indivíduos do grupo estudado tinham origem em famílias de classe média que desfrutavam algum prestígio social com renda familiar relativamente elevada dentro do seu extrato de classe, moradias em bairros bem situados na hierarquia social etc. Todos eram recém-chegados na ilha de Santa Catarina, residiam ali há menos de dois anos quando realizei as entrevistas, e eram vindos de duas grandes cidades, Porto Alegre e São Paulo.

Apesar de sete desses indivíduos possuírem diploma universitário (cinco jornalistas, duas antropólogas e um cenógrafo), somente cinco tinham uma ocupação regular compatível com a profissão, pois eram professores universitários. Os outros quatro viviam de trabalhos esporádicos (produção de um VT, direção de uma peça de teatro, freelance em jornais, entre outros) ou do auxílio financeiro dos pais. Dois não tinham formação universitária, sendo os mais jovens do grupo. Possuíam, na época da pesquisa, uma loja de discos “independentes”, localizada no Campus da UFSC.

Suas idades variavam de 18 a 32 anos. Andavam de ônibus, moto e em carros (“fusca”) bem usados, procuravam vestir-se de modo singular (seja com uma camiseta pintada ou enfeitada com um botão, de modo a romper com os padrões hegemônicos da moda), a maioria falava outra língua além do português e já viajara para o exterior (uma

estava estudando no exterior e repartindo a moradia entre Florianópolis e Paris).

Nesse grupo, o consumo alternativo aos padrões hegemônicos não se limitava à construção das casas. Também na vestimenta as escolhas eram outras do que as ditadas pelo sistema de moda, como em muitos outros grupos de jovens na época: eram roupas mais próximas às dos hippies, ou aos dos grupos alternativos de Berlim ou de Londres no final dos anos 1980, com os quais tinham contato através de viagens ou de leituras. Não eram *squatters*, as casas foram construídas em terrenos adquiridos de “nativos” da Lagoa, por um preço bem inferior ao de terrenos significativamente menores, localizados em condomínios residenciais no mesmo bairro (“pessoal de fora”) ou de outras capitais do país, como as de onde viviam anteriormente. “Nativo” é como se autodenominam os agricultores e pescadores (ou descendentes destes) moradores da Lagoa da Conceição que, por sua vez, denominam “pessoal de fora” os moradores (ou descendentes deles) de camadas médias e altas provenientes de grandes cidades, que passaram a morar no bairro a partir dos anos 1970 (RIAL, 1988).

Outras práticas os afastavam tanto dos ‘nativos’ quanto de outros ‘de fora’ – como a de nadar sem roupa em praias ainda selvagens, em lugares pouco visíveis da Lagoa da Conceição ou em riachos. Também na alimentação se notava um afastamento das práticas de outros grupos de camadas médias urbanas: os restaurantes preferidos eram os restaurantes ‘étnicos’ (embora em Florianópolis não se tivesse uma grande variedade deles, pois existiam apenas um ou dois restaurantes chineses, um árabe e um japonês), ou os populares que, na época, serviam um almoço padrão (feijão, arroz, batatas fritas, salada e peixe frito) para até 4 pessoas ao custo de 1 dólar. Preferia-se, acima de tudo, a comida preparada coletivamente, com amigos, com muitos vegetais, peixes e frutos do mar. Procuravam alimentar-se com pro-

duto integrais e os que comiam carne de gado o faziam raramente. O uso de panelas de barro, do fogão a lenha, e a busca por cozinhar seu próprio alimento, assim como o costume de processar o lixo orgânico enterrando-o na propriedade, os aproximava de práticas preconizadas hoje no movimento *slow-food* (SCHNEIDER, 2015).

Interessam-se por astrologia, yoga, medicina homeopática e antroposófica e a maioria admitiu pertinência (ou pelo menos forte simpatia), presente ou passada, com grupos como os hippies, rasta-fáris, *new waves*, *squaters* e/ou ecologistas. Um trecho entre os depoimentos ilustra isto:

Daí eu saí da escola e fui para a estrada. Hippie mesmo, vender pulseirinha e coisa e tal. Fiquei alguns anos assim, numa certa horripilândia e daí (quando) a falta de informação mesma na área cultural, (a vivência de) uma coisa muito mística só não estava mais batendo eu voltei a estudar (M.).

Os próprios indivíduos do grupo tinham consciência do seu profundo afastamento do seu ethos da classe média, genericamente falando, e quando se referiam a ele o faziam com uma certa superioridade moral:

Eu acho que a classe média exacerba na capacidade de ser infeliz, de ser escrota. Um cara aqui do Canto⁵ é muito mais simpático do que um executivo (M.).

Como é característico das *communitas* existenciais ou espontâneas (TURNER, 1976, p. 180), não se tinha então planos a longo prazo. O tempo presente era o que contava, mesmo que fosse vivido como “uma fase”.

Com o passar do tempo é que a gente vai perceber quem vai ficar mesmo e quem vai voltar pra cidade; pra muitas

5 Refere-se a um “nativo”.

pessoas pode ser que seja uma fase. Pra mim pode ser que seja só uma fase, eu não sei, não prevejo o futuro. Pode ser que amanhã eu sinta vontade de voltar para uma cidade que hoje eu considero insalubre, como diz o N., que é São Paulo e Rio de Janeiro. Mas o que me interessa hoje é ficar aqui, usufruindo da natureza tal como ela é; tentando estabelecer uma troca com ela, tratando ela bem, e tentando estabelecer uma troca com as pessoas⁶ (A.).

O afastamento do ethos da classe média hegemônica não ocorreu no sentido de uma troca na qual assumissem para si o *habitus* (BOURDIEU, 1972) de uma outra classe social e, sim, no sentido da singularidade e da busca de estruturação de um novo *habitus*. Embora morando entre pequenos agricultores, pescadores e assalariados de baixa renda, o grupo manteve hábitos e comportamentos distintos desses grupos:

(...) sou uma pessoa ‘de fora’, que tem amigos ‘de fora’, que tem uma moto. Não jogo futebol com o pessoal daqui. (...) serei sempre um cara ‘de fora’, tenho certeza disto. (...) eu quero ter o meu modo de vida, satisfazer as coisas que eu acho importante como por exemplo tomar banho nu no riacho e ao mesmo tempo eu gostaria que eles me aceitassem como vizinho plausível e não como um vizinho que se configura como uma ameaça ao modo de vida deles (A.).

A mudança para Florianópolis significou menos uma ruptura na trajetória de vida e mais a oportunidade de aprofundar escolhas que já estavam em curso. Como bem mostrou Giddens (2002), em sociedades modernas avançadas, a autoidentidade é uma construção ativa, organizada de modo reflexivo pelos sujeitos, que respondem durante seu ciclo de vida a questões de ‘como devo viver?’, ‘quem devo amar?’,

6 O autor deste depoimento (assim como outros homens moradores do Canto) de fato retornou para sua cidade de origem depois de alguns anos na ilha, deixando nas suas casas ex-mulheres, filhos e/ou amigos.

‘como devo vestir?’; ‘como devo morar?’.⁷ Questões que se maximizaram quando da construção de um espaço doméstico.

A construção do espaço doméstico

A perspectiva com que abordamos aqui a construção do espaço foi orientada pelo trabalho de Lefèbvre (1974) e o pressuposto de que todo espaço é uma produção social. Os grupos produzem o espaço de acordo com o seu ethos e sua visão de mundo,⁸ de tal modo que é possível avaliar o grau de pertencimento ou de afastamento de grupos no interior de uma sociedade pelo grau de semelhança ou de diferença entre os espaços hegemônicos.⁹ No caso estudado, suas práticas de reaproveitamento do material de construção quando da estruturação do espaço doméstico parecem antecipar um estilo de vida menos consumista e mais “ecológico”, que viria a crescer na cidade nos anos posteriores, e que hoje tem um dos seus pontos mais expressivos na

7 “Uma *trajetória* através das diferentes situações institucionais da modernidade por toda a *duração* do que se costumava chamar de “ciclo da vida”, um termo que se aplica com maior precisão a contextos não modernos que aos modernos. Cada um de nós não apenas “tem”, mas *vive* uma biografia reflexivamente organizada em termos do fluxo de informações sociais e psicológicas sobre possíveis modos de vida. A modernidade é uma ordem pós-tradicional em que a pergunta “como devo viver?” tem tanto de ser respondida em decisões cotidianas sobre como comportar-se, o que vestir e o que comer – e muitas outras coisas – quanto ser interpretada no desdobrar temporal da autoidentidade (GIDDENS, 2002, p. 20-21).

8 Uso ethos e visão de mundo no sentido de Geertz: o ethos de um grupo social é “o tom, o caráter, e a qualidade de vida, seu estilo e disposições morais e estéticos”; e visão de mundo é “o quadro que fazem do que são as coisas na sua simples atualidade, suas ideias mais abrangentes sobre ordem” (GEERTZ, 1989, p.103).

9 É esta ideia que leva o marxista Henri Lefèbvre a concluir pela falência da tentativa soviética de “mudar o mundo, mudar a vida”: “Une révolution que ne produit pas un espace nouveau ne vá pas jusqu’au bout d’elle-même; elle échoue, elle ne change pas la vie, elle ne modifie que des superstructures idéologiques, des institutions, des appareils politiques” (LEFÈBVRE, 1974, p. 66).

reciclagem municipal de resíduos sólidos e num comércio de diversos materiais reaproveitáveis.

O grupo aqui estudado construiu um espaço distinto dos espaços construídos por outros grupos sociais ‘de fora’ no mesmo bairro. Havia uma lógica dirigindo as escolhas deste grupo na estruturação do espaço, e o propósito aqui foi o de determinar quais eram os pontos fundamentais desta lógica, o que é que guiou as suas decisões, ou seja, como este determinado espaço social foi engendrado. Essa lógica se distingue bastante dos modelos de estruturação do espaço da classe média; uma distinção que reflete profundas diferenças de estilos de vida. Porém, não é inédita ou exclusiva deste grupo, pois outros indivíduos de classe média estruturaram espaços domésticos semelhantes, guiados por ethos e visões de mundo próximas, tanto em grandes centros urbanos quanto em outras cidades do litoral brasileiro, vivendo o que, na época, se denominava como um estilo de vida “alternativo”.

Chamei esse novo modelo de “autoconstrução” porque assim é que a ele se referiam os indivíduos estudados. A autoconstrução é vista aqui como uma forma específica de estruturação do espaço doméstico que, embora visíveis as diferenças em relação a de outros grupos sociais, deve ser vista como um modo de expressar a participação dos indivíduos em um sistema de relações simbólicas e significativas – que poderíamos denominar cultura – e de que participam outros segmentos que podem ser distinguidos de diversas maneiras em termos de sua inserção na sociedade.

Assim, analisar o espaço que construíram como moradia é também analisar as autoconstruções identitárias dos indivíduos que o produziram, e a sua modalidade particular de inserção na sociedade de Florianópolis, que contribuiu para torná-la o que é hoje – dividida entre dois projetos de cidade: um mais “ecológico” (que defende uma

maior proteção ambiental) e outro mais “desenvolvimentista” (que a quer uma nova Manhattan) (FANTIN, 2000).

As casas

A pesquisa limitou-se à estruturação do espaço da casa – que, como diz Bourdieu, é dotada de uma dupla significação: “Se é verdade que ela se opõe ao mundo público como a natureza à cultura, por outra relação ela é também cultura: não se diz do chagal, encarnação da natureza selvagem, que ele não constrói casas?” (BOURDIEU, 1980).

A construção ou reforma dessas casas é o que de forma mais marcante ligou esses indivíduos e é tendo em vista esse processo que me permito considerá-los um grupo.

Na Ramiro, eu e o Q. já pensávamos nisto: fazer uma trenchtown, uma casa sem acabamento estético, quer dizer, com outro acabamento estético: mais pobre mais lixo. Trenchtown, na Jamaica, é o bairro onde nasceu o reggae (O.).

Não pretendo me deter em analisar as causas por que esses indivíduos se afastaram do estilo de vida dominante na classe média. Se o fizesse, creio que de algum modo as razões estavam ligadas a um ceticismo vigente na esquerda pós-maio de 68 quanto à possibilidade de uma Revolução Social aos moldes marxista-leninistas e à tentativa de instaurar no cotidiano imediato processos de microrrevoluções. E, possivelmente, ligadas também ao contexto do país na época, que incluía grandes restrições econômicas impostas à classe média brasileira em obediência às determinações do FMI. Como se sabe, a década de 1980 é um período posterior ao do “Milagre Econômico” dos anos da ditadura – milagre de taxas de crescimento do PIB de 10%, fundado em um arrocho salarial das camadas subalternas – e anterior ao de

crescimento econômico dos anos posteriores à estabilidade da moeda pós-real – de grande expansão da classe média com ascensão social de parcelas significativas das classes subalternas. O que gostaria de sublinhar é o fato de o grupo ter tido ampla consciência de que estava optando por um modo de construir seu espaço doméstico distinto do da classe média hegemônica: “A gente está batalhando um espaço que não seja classe média, mas que se diferencie um pouco das casas daqui. Que tenha um espaço único” (M).

Projeto arquitetônico e projeto de vida

As cinco casas foram construídas (ou autoconstruídas) durante o ano de 1983. Autoconstruídas, pois, em algumas casas, os proprietários de fato foram os que materializaram sua construção, sem contar com o auxílio de trabalhadores remunerados. Se contarmos como período de construção o tempo compreendido entre o momento inicial, as primeiras pedras, e o momento em que as casas começaram a serem habitadas, teríamos uns seis meses. No entanto, creio ser fundamental ao processo de construção o período do plano ou projeto que antecedeu a construção das casas propriamente ditas e também o período de acabamento e reformulações que o precedeu. Não é possível delimitar uma data precisa.

O início do projeto (etapa em que se planejou a construção das casas) coincidiria com a chegada do grupo na ilha de Santa Catarina, em meados de 1982 e, de algum modo, se estendeu até hoje, pois são constantes as modificações nas casas. Porém, para tornar mais claro, nessa etapa vou considerar como projeto só o que ocorreu antes da colocação da primeira pedra de alicerce.

Como sabemos, a construção de casas nas camadas médias é geralmente a realização de um projeto arquitetônico prévio, desenhado em uma planta-baixa por um perito. Esse desenho é extremamente

detalhado e feito segundo um código nem sempre compreensível ao futuro morador. Eu mesma várias vezes me debrucei sobre plantas -baixas ou cortes transversais dos projetos feitos, na época, em papel vegetal, tentando entender o que representava o piso de cima e o de baixo, onde afinal estavam as portas e as janelas e o que significavam as linhas preenchidas e as vazadas e assim por diante. O projeto arquitetônico é resultado de um saber perito¹⁰ (GIDDENS, 2002).

Essas casas de autoconstrução não tiveram arquitetos ou projetos assim. Mas não partiram do zero: tinham como paradigma as casas/cabanas feitas com material reciclado na Califórnia. Um livro com fotos dessas casas norte-americanas circulava entre o grupo, sendo admirado por todos e fonte de ideias na etapa do projeto.

As casas construídas pelo grupo o foram, de modo geral, de modo bastante econômico – eram em geral de madeira –, que era, na época, um material de construção menos dispendioso do que os tijolos. Custaram na sua construção ou reforma cerca de 10% do que prevê o índice de custo por metro quadrado construído, na tabela do Instituto dos Arquitetos do Brasil. Eram pouco visíveis da estrada (na época, o bairro tinha ruas apenas na sua parte central) e lembravam na sua aparência as cabanas do oeste norte-americano da época da colonização.

Chegava-se às casas pelas estradas – caminho de terra –, com pó nos dias de sol e muita lama e barro nos dias de chuva. Pelas condições dificultosas, raros eram os que se sentiam atraídos a trafegar nessas estradas; a quietude desses lugares era mantida mesmo nos agitados fins de semanas de sol quando na avenida central, distante menos de seis quilômetros, havia congestionamentos de automóveis de dar inveja à Avenida Paulista.

10 Peritos “criam grandes áreas de segurança relativa para a continuidade da vida cotidiana” (GIDDENS, 2002, p. 126)

Todos vinham de experiências anteriores na casa dos pais, de moradias cujo espaço tinha sido estruturado de acordo com o imaginário dominante na classe média. Ou seja, casas que procuravam “dar segurança” e por isso possuíam altos muros ou porteiros eletrônicos, se a caso se tratasse de um edifício; “facilitar a vida” e, por essa razão, estavam atulhadas dos mais modernos eletrodomésticos e *gadgets* que “pouparam o tempo” e diminuem o esforço físico. A privacidade de cada membro da família era respeitada e sagradamente mantida por trás das portas de cada quarto (BAUDRILLARD, 1980).

No projeto da casa (desenhos, conversas) todos expressavam a vontade de construir um espaço diferente dos que tinham vivido em outros momentos, mesmo depois de saírem da casa dos pais e passarem a morar em comunidades¹¹ urbanas ou se casarem. Na época, era comum, entre os jovens de esquerda de camadas médias em grandes centros urbanos, repartirem a moradia com outros jovens, conhecidos ou não, dividindo as despesas da casa e o aluguel. Mais do que a mera economia monetária que o sistema proporcionava, este compartilhar do espaço doméstico era buscado como modo de se afastar dos modelos de famílias nucleares vigentes. As casas e apartamentos onde habitavam eram estruturados, no entanto, segundo modelos hegemônicos vigentes. Buscavam alterar o espaço com a decoração e escolha dos móveis, dando novos usos aos objetos – caixas de laranjas de madeira eram adquiridas no mercado e recicladas para transformarem-se em módulos de prateleiras de livros ou mesas baixas, tijolos reaproveitados sustentavam pranchas de madeira para prateleiras,

11 Uso comunidade aqui no sentido de uma ajuda mútua: “o termo “comunidade” implica uma “obrigação fraterna de partilhar as vantagens entre seus membros, independente do talento ou importância deles (...) alguns indivíduos, porém, não teriam nada a “ganhar com a bem-tecida rede de obrigações comunitárias, e muito que perder se forem capturados por ela” (BAUMANN, 2003, p. 59).

colchões colocados diretamente no chão dispensavam o estrado e as camas, e assim por diante.

Para a maioria dos indivíduos do grupo estudado, essa foi a primeira experiência de construção de casa, ainda que A. já tivesse construído uma casa no litoral paulista, e por essa experiência anterior (aliada à sua personalidade de líder) tinha muita influência nas decisões dos outros quanto ao projeto da casa. Aqui, não se tratava apenas de decorar ou, no máximo, reformar um espaço pouco maleável como o dos apartamentos em que tinham vivido nas cidades, mas de uma efetiva construção do espaço a partir do zero ou de reconstrução de casas antigas. Eles agora poderiam levar bem mais longe as suas concepções de espaços.

Estavam limitados, é claro, pelo pouco dinheiro de que dispunham, mas essa condição estava em harmonia com as suas convicções sobre o consumo, não se constituindo propriamente em um obstáculo para o que tinham em mente – uma *trenchtown*, em princípio, não requer grandes somas de dinheiro. O “despojamento”, a “circularidade”, o “antigo”, o “artesanal” e a valorização positiva do “esforço” físico, o “único”, o conhecimento da “origem ou da história” do objeto eram alguns dos temas recorrentes em suas conversas sobre como o espaço deveria ser construído.

Ele deveria ser mais “despojado” do que o espaço de classe média, mais pobre, sem a obsessão do casamento perfeito e da simetria, sem buscar cobrir e recobrir. O objetivo era evitar o que consideravam uma redundância presente nos lares pequeno-burgueses, onde a cortina dupla encobre a pintura da parede que encobre a massa fina que encobre o cimento que encobre os tijolos. A ideia básica era de construir algo mais “primitivo” no sentido de simbolicamente estarem mais próximos à natureza, ao dado primeiro, e como corolário, mais econômico. Canos, fios de luz, vigas e tijolos à mostra. Pisos de

cimento bruto – onde não se pudesse usar a madeira – aceitando-se a inclusão de uma pequena dose de pó-xadrez colorido para vencer o cinza do cimento. Galhos de goiabeira servindo como corrimão, costaneiras usualmente desprezadas usadas como degraus nas escadas (e assim por diante) os aproximavam da Natureza.

Não deveria haver armários na cozinha escondendo as panelas e louças, que ficam penduradas ou em simples prateleiras de madeira, à mostra; nem armários nos quartos, pois os guarda-roupas eram meras varas de bambus onde os cabides de roupas se penduravam e tábuas sustentadas por tijolos onde eram “guardados” objetos menores.

A temática da circularidade era outra das pedras angulares da estruturação do projeto. Valorizava-se a “circularidade” em oposição à “compartimentalização” encontrada nas casas convencionais da classe média, onde há uma tendência à divisão de forma que um quarto como se esconde dos outros:

O significado de circularidade é a tentativa de descompartimentar um pouco. Apesar da casa ter dois quartinhos, você está ali, mas está vendo a pia da cozinha; os quartinhos estão dentro da casa, não é uma coisa que tenha um corredor que se esconda. A circularidade é o oposto do BNH, é a coisa que se aproxima da oca do índio, mas como eu não sou índio não consegui tirar todas as divisórias da minha oca (A.).

Há um distanciamento do ethos da classe média de origem e uma admiração por dimensões do cotidiano de outros grupos sociais, como de índios ou ‘nativos’ sem que, com isso, se perca a consciência da alteridade, uma condição do que é outro, do que é distinto. A circularidade trazia consigo a ideia de que cada parte deveria estar em contato com o todo e correspondia à busca de um espaço integrado e coletivo. O pressuposto contido nesta busca de não privatização é o de um afeto compartilhado entre os que estão no interior da casa de

forma que não há o medo do morador da casa de se deixar conhecer. A casa se revela por inteiro ao primeiro olhar.

A questão da circularidade, ligada como é a não privatização do espaço, foi um dos temas mais discutidos na fase do projeto e especialmente entre os que pretendiam construir uma casa hexagonal, sem divisões, para ser habitada por quatro pessoas. Tentava-se transpor para o espaço maior da casa (ou seja, os quartos, a sala e a cozinha) o mesmo princípio do não segredo que tinha sido colocado em prática no que respeita ao espaço menor dos armários, roupeiros e guarda-louças. Tinha-se como meta uma casa sem divisões internas ou com o mínimo de divisões internas ou com o mínimo de divisões possíveis. No entanto, afora o grupo de quatro pessoas que iria morar junto, os outros mantinham no seu esboço quartos separados do restante da casa, que seriam os quartos de dormir. Este era então justificado como um lugar de refúgio, de privacidade, de isolamento principalmente acústico, mas também térmico: era a peça da casa que preferencialmente era “forrada” (revestida por uma outra camada de madeira que lhe proporcionava maior isolamento).

Esse era um ponto onde havia uma certa controvérsia. Embora todos aceitassem como princípio, a noção de não privatização do espaço não tinha um consenso sobre onde deveria ser colocado o limite entre o privado e o coletivo no espaço. No caso dos moradores das casas no mesmo terreno, chegou-se a pensar no compartilhamento da cozinha e da sala. Porém, na prática, o que se observou foi um movimento que partia de um ideal de coletivização total para uma realidade onde existiam quartos de uso privado. E os quatro indivíduos que se propuseram a construir uma casa hexagonal acabaram dividindo o quarto de dormir coletivo, primeiramente em dois – com a justificativa de que o casal não suportava fumaça de cigarro – e depois em três quartos, com panos que fizeram as vezes de parede.

Consenso bem maior havia em torno de valorização positiva do esforço físico. Ele era uma das consequências mais importantes da renúncia a certos confortos da sociedade industrial, como os eletrodomésticos, e um retorno ao uso de objetos mais primitivos, como os pratos e panelas de barro e fogão a lenha. Parte importante dessa renúncia dizia respeito à alimentação: os enlatados foram banidos, assim como o açúcar e o arroz branco, e, como já vimos, a carne vermelha era evitada, buscando-se uma alimentação mais próxima da vegetariana com a inclusão de peixes e frutos do mar.

O esforço físico era visto como uma questão de saúde, como uma forma de utilização do corpo que, além de ser produtiva (e os exercícios físicos feitos pela classe média não o eram assim considerados), trazia benefícios para o organismo.

O tipo de vida que a gente leva não corresponde mais à vida que um índio e um caipira levam, pessoas que são obrigadas a trabalhar com os próprios músculos e recebem benefícios em função disto. Nosso corpo é uma coisa muito relaxada, no máximo o que se faz é correr um *cooper* na avenida das rendeiras ou na Baía Norte. Eu também corro para me manter em forma. Agora se você conseguir incorporar algumas coisas no seu cotidiano, como uma escada íngreme, você percebe que vão te trazer benefícios e não vão fazer mal (A.).

O uso dos músculos implicava um tempo maior para a realização das tarefas cotidianas. Todos sabem que a grande conquista dos eletrodomésticos e *gadgets* modernos é a rapidez, a economia de tempo e de esforço físico. Um prato de arroz não leva menos do que uma hora no fogão a lenha (se contarmos o tempo para cortar a lenha e acender o fogo), 20 minutos num fogão a gás ou cinco minutos num de micro-ondas. A opção pela máxima “toda pressa vem do diabo” (*omnis festinatio ex parte de diaboli est*) é justificada também como

devolvendo uma relação psicologicamente mais sadia com o trabalho. Um depoimento ilustra bem esta ideia comum a todo grupo:

Eu não tenho a perspectiva de fazer um almoço em cinco minutos. Aliás, quando eu faço um almoço, eu tenho a perspectiva de curtir pelo menos umas duas horas. Tem alguma coisa altamente terapêutica nisto. Quando eu estou mal, eu faço batik, que é a coisa mais demorada do mundo. Para mim, ter um forno micro-ondas, um carro último tipo são coisas muito ansiosas e eu batalho para tirar um pouco de ansiedade na minha vida (...) Todos estes eletrodomésticos, feito freezer, micro-ondas, eu acho que é um papo meio pobre (M.).

Também eram positivamente valorizados pelo grupo os objetos que remetiam a modos de vida anteriores à urbanização e mais adequados ao meio semirrural no qual as casas foram construídas. O projeto incluía, por exemplo, aquecimento da água do chuveiro por um cano (serpentina) que passava por dentro do fogão a lenha:

Quando eu comecei a batalhar a serpentina do fogão, o comentário das pessoas era: ‘isto é coisa de aposentado’, mas não é. É uma coisa aposentada pelo sistema, mas não de aposentados (M.).

O sistema foi implantado em algumas das casas, com escasso sucesso. O artesanal, o único, o que não foi feito em série era preferido quando da aquisição de material de construção. Assim, enquanto os “nativos” estavam substituindo em suas casas as telhas artesanais por telhas quadradas, aquelas eram preferidas, pois “é outra coisa uma telha que foi feita na coxa do artesão, uma diferente da outra”. Em muitas casas elas ficavam visíveis do interior, já que a casa só era forrada, como vimos, no quarto. Essa telha vã permitia que se acendesse

fogo na sala, no inverno, mesmo quando não existia uma chaminé para conduzir a fumaça para fora da casa.

Amigos arquitetos – que à semelhança de alguns indivíduos do grupo eram professores recém-ingressos na UFSC, vindos de outros centros do país – participaram ativamente da etapa de “projeto da casa”, dando ideias e discutindo conceitos. Porém, essa participação não se expressou em realizarem plantas-baixas – até porque os operários (construtores ‘nativos’, vizinhos) eventualmente contratados por alguns não as compreenderiam. Ainda assim, em muitos casos, a expertise e experiência dos arquitetos foram decisivas. Como, por exemplo, quando o grupo de quatro optou por construir uma casa totalmente coletiva, hexagonal, sem divisões. O arquiteto lhe explicou que divisórias garantem uma intimidade necessária (“mesmo que seja uma gaveta, temos necessidade de algo que seja só nosso” C.). De fato, a individualização cresceu e o que se viu foi uma multiplicação de casas no terreno onde se pensava inicialmente na construção de uma única casa, e um aumento das divisórias – a casa hexagonal ganhou uma primeira divisória de madeira no quarto do casal (“não gostamos de fumaça de cigarro”) e, depois, outra, de pano. A ideia do viver coletivo não é apanágio desse grupo, uma vez que era comum, na época, nos grandes centros urbanos do país, jovens repartirem a mesma moradia, frequentemente com colegas e outros jovens, mesmo desconhecidos, e esses indivíduos já tinham vivido assim nas cidades de onde vieram.

A compra do material e a reciclagem/reaproveitamento

Como disse antes, nem todos os indivíduos do grupo efetivamente construíram suas casas: pregaram tábuas, mexeram cimento, colocaram aberturas no lugar. Mas todos os indivíduos do grupo a construíram pelo menos um pouco – pintando aberturas ou paredes, entre-

gando telhas que outros colocaram no lugar, transportando material e, sobretudo, pesquisando e adquirindo o material de construção. A aquisição do material foi uma etapa demorada e difícil porque boa parte do material utilizado na construção das casas foi adquirida em postos de venda de material de demolição, onde eram armazenados tijolos, aberturas, azulejos, pisos e tudo o mais que se possa retirar de uma edificação que precisa ser derrubada para dar lugar a uma nova. Lembrando: Florianópolis, no início dos anos 1980, passou por um período de renovação drástica no seu centro, com a derrubada de muitas casas coloniais que ainda não estavam protegidas por leis de tombamento – o que viria a ocorrer nos anos do governo de Andrino.¹² As empresas imobiliárias terceirizaram a destruição dos prédios contratando o serviço de ferros-velhos, pequenos empreendedores que viram a possibilidade de um ganho duplo: com a demolição e com a venda do material resultante. Estes “ferros-velhos” passaram a dispor de um material considerado “velho” para o mercado hegemônico e “antigo” e, por isto, mesmo muito valioso para os integrantes desse grupo: aberturas centenárias, ripas e barrotes que seguraram telhas canais por gerações, torneiras, pias, pisos hidráulicos e assim por diante.

Ao contrário das lojas de material de construção, localizadas centralmente e bem visíveis na cidade, os postos de material de demolição poderiam estar em lugares de difícil acesso, às vezes na parte continental da cidade. Sua localização não era de conhecimento de qualquer um, seus endereços eram quase secretos e passados de boca a boca. O mais usado pelo grupo, do “Seu P.”, ficava na ilha de Santa Catarina, no alto de uma montanha, acessível por carro, mas não

12 Édison Andrino (PMDB) foi prefeito de Florianópolis na década de 1980 e durante seu mandato decretou o tombamento de diversos prédios antigos e lugares (as dunas, o Caminho do Costa).

em dias de chuva, pois a lama da rua impedia a subida do veículo ao bairro de habitações muito precárias, semelhantes às de favelas.

Buscar material no “Seu P.” era tarefa arqueológica, pois tudo estava jogado, umas coisas sobre outras, misturadas. De fato, empreendia-se uma coleta com resultados improváveis; a melhor estratégia, ali, não era a de se buscar algo, mas de encontrar algo.

Os postos de venda de material de demolição abrigavam raridades. Ali, por preços que podiam corresponder até um quarto do valor das mercadorias encontradas nas lojas do comércio tradicional, encontrava-se objetos que eram considerados de uma qualidade superior (“Uma porta que resistiu 100 anos aos cupins resiste mais 50” (A.)), tendo, portanto, um valor de uso maior. O grupo realizava nos postos de venda de material de demolição uma caça ao tesouro, conseguindo grandes tijolos do que uma vez fora de uma Igreja, portas altíssimas e janelões como já não se fabricavam mais, e às vezes materiais inesperados que tiveram seu uso alterado – grandes ganchos de aço usados para instalações elétricas municipais foram reciclados em ganchos para pendurar painéis numa cozinha. Havia alguns materiais que eram mais valorizados do que outros pelo grupo, como, por exemplo, os pisos hidráulicos, provavelmente importados, que quando encontrados passavam a enfeitar o chão de cozinhas e banheiros. Com isso, a simplicidade de suas casas/cabanas ganhou ares aristocráticos com aberturas enormes (ver a natureza em volta era um objetivo) de madeiras nobres, que custariam dez vezes mais se fossem compradas nos circuitos comerciais usuais, e dificilmente seriam encontradas ali, banheiras de louça e às vezes também luminárias.

Como as (auto)construções das casas ocorreram quase que simultaneamente, muitas dessas idas aos postos de material de demolição foram em grupo, de modo a economizar a gasolina do transporte. E com compras conjuntas, mais importante, se obtinha opiniões dos

amigos sobre as possíveis aquisições. Quando não era possível a visita acompanhada, se sabia das necessidades mútuas, e se passava informações sobre onde encontrar tal e tal material aos ausentes. Essas idas em conjunto eram momentos de trocas afetivas e continham outras atividades além do objetivo principal de comprar material para a construção. Assim, a ida ao interior do município de Águas Mornas, para comprar diretamente com o artesão, na sua pequena madeireira, incluiu uma parada para comer bergamotas colhidas de árvores à beira da estrada, piquenique num campo, banho de cachoeira, além de uma extensa aula ministrada pelo vendedor sobre bichos de pé e mosquitos.

A compra incluía, frequentemente, um diálogo com o “demolidor” sobre a origem do material adquirido – onde estava localizado o prédio daquela janela? Quem habitara o casarão de onde saía a porta? De onde vinham as telhas canais “açorianas”? – além, claro, de uma “pechincha” que não tinha lugar em lojas comuns. Buscar o material revestia-se, assim, de um alargamento do conhecimento sobre a história da cidade, do objeto adquirido, e de como foi fabricado. Os objetos eram, dessa forma, portadores de um valor subjetivo mais alto (por serem portadores de uma história e guardarem as marcas do seu passado, por serem artesanais e assim por diante) e continuam; além de um valor de uso superior, também um valor simbólico elevado (BAUDRILLARD, 1972).

Os pontos de venda de material de demolição, embora se apresentassem como amontoados de madeira e ferro a céu aberto, numa disposição próxima ao dos ferros-velhos, eram vistos como lojas de antiguidades, onde se podia *dénicher* preciosidades. E eram vistos também como um modo ecológico de se evitar, por meio da reciclagem e do reaproveitamento, poluir o planeta com cada vez mais objetos.

Assim, o reaproveitamento e a reciclagem eram positivamente valorizados tanto do ponto de vista econômico – era mais barato comprar ali – quanto do ponto de vista simbólico – os objetos ali eram portadores de mensagens diferentes dos encontrados no comércio mais geral.

Uma pessoa que esteja mais ligada ao sistema prefere pagar uma prestação enorme do BNH ao invés de ter um processo de autoconstrução, de produção, de ir lá buscar a telha. Ela prefere pagar a prestação porque aquela prestação representa status para ela (M.).

No processo de autoconstrução, mais do que reciclagem propriamente dita, temos uma reutilização de materiais descartados. Neste reaproveitamento, os materiais e objetos passam por uma limpeza simbólica, subindo muitos degraus na hierarquia – deixam de ser vistos como “velhos” para serem vistos como “antigos”, e esta antiguidade lhes agrega valor.

A estruturação do espaço: novo ou reaproveitado/reciclado?

Cada objeto passava por um escrutínio antes de ser integrado na vida do seu novo proprietário, envolvendo em um grau aprofundado o questionamento sobre as necessidades reais e como resolvê-las – necessidade aqui no sentido de resposta a exigências biológicas básicas –, mas, também, de uma estética: a janela deveria ter ou não vedação? O que significa a transparência? Por que impedir o olhar de entrar na casa? Nivelar o terreno ou aproveitar o declive para criar diferentes níveis na casa? Retirar ou incorporar na parede a enorme pedra que está no terreno? Até onde deve ir a distância do meio ambiente em torno da natureza? É preciso construir um banheiro? Não é mais ecológico defecar diretamente na mata? A resposta a essa última pergunta levou A. ao extremo de inicialmente não ter um banheiro no interior ou

no exterior da casa. O banheiro foi construído somente depois de uma amiga lhe ter explicado que era bem mais difícil esta ação para as mulheres. Ainda assim, o banheiro construído não foi o usual, pois incluiu um vaso sanitário tipo “turco”, aqueles que se utiliza em pé, considerado mais higiênico.

Esse questionamento é algo que também ocorre com clientes em lojas usuais ao adquirirem objetos novos. A diferença, aqui, é uma intensidade maior e uma modalidade do escrutínio em que as escolhas tinham que obedecer, além dos critérios técnicos e estéticos, a uma ética ecológica. Neste sentido, o grupo valorizava também objetos que chegavam provenientes de trocas ou dons. E objetos artesanais contrariamente aos fabricados.

Num sentido contrário ao de uma sociedade consumista onde novas necessidades são agregadas em permanência, o grupo buscava restringi-las, e, com isto, os objetos necessários a resolvê-las. “Lá em casa só entra um utensílio que tenha mais de uma função” (D).

Valorizava-se a transparência, o material no seu estado bruto – o que contrariava a estética hegemônica presente em outras casas ‘de fora’, que buscava ocultar: esconder os fios dentro de canaletas, esconder as canaletas no interior das paredes, esconder a parede sob uma pintura. Nessas casas, os tijolos não eram rebocados, e as paredes internas raramente pintadas. Para economia, às vezes se processavam substituições no sentido do simples e barato: torneiras de inox eram substituídas por torneiras de cobre ou plástico, o vidro das janelas podia ser substituído por folhas de plástico transparente colocadas diretamente na moldura da janela. E, sempre que possível, se preferia a madeira. “A madeira guarda os traços do passado, fala de outras épocas, de outras vivências” (D.). Por isto, seu valor simbólico era mais elevado do que o de uma fórmica, que não recebe arranhões,

não conta uma história tão longa, não teve, supostamente, uma trajetória de vida (KOPYTOFF, 2008) tão rica.

Objetos adquiridos nos postos de venda de material de demolição eram mais do que simples utensílios a serem usados, eram vistos como hóspedes convidados a compartilhar um mesmo espaço. O ideal é que fossem *belos*, além de úteis (o que não é prerrogativa do grupo, pois em geral este é o objetivo principal quando da aquisição de um objeto, variando, no entanto, os parâmetros do que cada grupo social define como belo (BOURDIEU, 1979; RIAL, 1988). No caso, para ser belo, o material adquirido deveria ser portador de uma unicidade (ligada à sua origem, ao *hic e nunc* de sua aquisição). Isso os faziam muito valiosos aos olhos do grupo e os distanciavam dos materiais industriais reproduzidos em série (BENJAMIN, 1978).

Quando não se encontrava o objeto buscado, muitas vezes agregava-se, também, valor a um outro objeto por meio de um trabalho pessoal: criavam-se copos e jarras reciclando-se garrafas e vidros, abajures e luminárias recicladas dos mais diversos materiais, e assim por diante. Deve-se ter em conta que, no Brasil, ao contrário do que ocorre em países europeus, os móveis e utensílios raramente precisam ser montados, sendo essa uma habilidade que poucos possuem. Nesse aspecto também houve um aprendizado.

A escolha das cores (da casa, das aberturas, dos objetos) mostrou um afastamento dos padrões hegemônicos nas classes médias do país. Houve uma preferência pronunciada pelo verde em muitas tonalidades, que foi justificada com o argumento de que a casa, assim, mesclava-se à mata ao redor, invisibilizando-se. Aqui, novamente, a ideia de uma construção em harmonia com a Natureza, presente também na escolha do material, em que a preferência foi pela madeira, menos durável, que é mais facilmente incorporada pelo meio ambiente ao final de sua vida útil, e, desse modo, poluindo menos.

A preferência de cores do grupo contrariava tanto a de outros grupos ‘de fora’ (preferência por cores sóbrias, como o bege, marrom) como a dos ‘nativos’. Outros, porém, preferiram usar cores gritantes (amarelo ouro, azul claro, vermelho), próximas à opção dos vizinhos “nativos”, sem, no entanto, obedecer à mesma gramática que designava a combinação de cores precisas (RIAL, 1988) e, às vezes, embora repetindo as cores ‘nativas’, evocando na escolha referências bem mais distantes: “Quero as cores da cozinha de Matisse e, na sala, as da casa de Frida Khalo” (D). Não estamos, portanto, lidando apenas com cores em si, mas com valores mais abstratos – retorno à Natureza, proximidade a uma estética popular de exagero (BAKHTIN, 2010), arte, entre outros.

Poderíamos pensar que esses mesmos valores levassem a um afastamento radical das novas tecnologias. E, de fato, inicialmente, evitou-se a aquisição de uma série de eletrodomésticos, tais como fornos micro-ondas, lava-louças, ares-condicionados (na época não existiam *splits*), aquecedores e alguns foram substituídos em suas funções por outros mais cronófagos e menos custosos financeiramente. Porém, as novas tecnologias não foram totalmente excluídas – não estamos lidando aqui com um grupo Amish.

Os objetos tecnológicos passavam pelo mesmo escrutínio de outros objetos ou materiais, e suas escolhas eram, como aqueles, fortemente guiadas por valores ecológicos. Assim, o grupo valorizava canoas feitas de troncos de guarapuvus (tais como as fabricadas por alguns ‘nativos’), mas julgavam negativamente as lanchas e, mais tarde, os jet-skis (removem o fundo da lagoa, poluem sonoramente e as águas) tão apreciados por outros moradores ‘de fora’.

As novas tecnologias eram bem-vindas em outras instâncias cotidianas, como o trabalho intelectual e o entretenimento, dimensões que, muitas vezes, se conjugavam. Assim, muitos tinham toca-discos,

headphones, faziam viagens ao exterior sempre que possível, tinham motos ou automóveis (prefeririam usar o transporte coletivo, mas consideravam o sistema municipal péssimo) e adquiriram computadores pessoais tão logo tiveram os recursos necessários (muitos ainda no final dos anos 1980).

Para equipamentos mais dispendiosos, estratégias novas foram colocadas em prática: quando da aquisição de um aparelho VHS, organizou-se em reuniões em bares uma compra coletiva na qual foram bem-vindos outros moradores da Lagoa ('de fora', mas com um estilo de vida semelhante), pagando-se a passagem de um dos integrantes do coletivo que foi buscar o videocassete no Paraguai (onde comprava e se compram ainda produtos importados) e, depois, contrabandeando-o para evitar o alto imposto. Já existiam, na cidade, algumas locadoras de vídeos, sendo, assim, possível conseguir "bons" filmes. As sessões de cinema foram organizadas na casa de um ou outro dos integrantes do coletivo, em reencontros festivos que proporcionavam acesso a filmes do gosto do grupo, que, antes, eram vistos apenas no cinema de arte de São José, distante 25 km ou mais de suas residências, acessível por estradas parcialmente sem calçamento. Lembrando: os cinemas localizados no centro de Florianópolis ofereciam na sua programação apenas filmes pornográficos. Curiosamente, essas salas de filmes pornô foram transformadas, nos anos 2000, em lugares de culto de denominações neopentecostais. Como o sinal da TV não era captado na Lagoa até o advento da antena parabólica, em meados da década de 1990, o videocassete coletivo foi um modo inteligente e consoante com os seus valores de se ter acesso a filmes. As sessões eram abertas aos integrantes e amigos, e anunciadas no boca a boca (estávamos longe da internet e para se ter uma linha telefônica era preciso entrar em uma lista de espera de vários anos).

Considerações Finais

Construir uma *Trenchtown*, reaproveitando material descartado, e ao mesmo tempo, manter-se em contato mais próximo com a Natureza, negar o estilo de vida e as necessidades da classe média, viver em comunidade foram algumas das razões apontadas pelo grupo para se estabelecerem nesses lugares semiurbanos, dispensando a vida cultural dos grandes centros urbanos do qual provinham. Trocaram os bares e cinemas, o que consideravam uma mórbida dependência aos meios de comunicação, e procuraram ocupar o tempo livre com a leitura e pequenas atividades artesanais, costura e cozinha, horta e artesanato em madeira; e reformas e construções na casa.

Este grupo foi um dos tantos que auxiliou a fomentar um comércio que se expandiu com o passar dos anos. O preço do material reciclável, dada a demanda, cresceu e hoje aproxima-se a 50% do custo do novo e, às vezes, ainda mais. Também surgiram outras lojas que passaram a explorar esse gosto particular, com a venda de móveis feitos a partir de madeiras recicladas, já não em endereços secretos, mas em pontos de vendas que avizinham os do comércio corrente.

Se, no cotidiano, em geral, vive-se uma certa inconsciência sobre a origem, as realidades tecnológicas dos objetos e as opções arquitetônicas dos espaços habitados, no momento da construção, se tornam conscientes. Alguns buscam mediadores, como arquitetos, mestres de obras e/ou decoradores que se corresponsabilizam pelas escolhas, podendo ter, assim, um papel bem mais passivo na estruturação do espaço doméstico. No grupo, porém, essas escolhas eram centrais no projeto e relacionavam-se à busca de um outro estilo de vida. Dessa forma, a autoconstrução das casas implicou novas experiências que repercutiam numa autoconstrução pessoal.

O projeto das casas autoconstruídas e sua execução aparecem, assim, em consonância com o novo projeto de vida dos seus “cons-

trutores” e futuros moradores, com a mudança planejada nos seus estilos de vida. As escolhas estéticas estavam em harmonia com as opções éticas e revelavam o ethos do grupo que, na falta de um termo melhor, chamei de ecológico. Um ethos que se pretendia diferente do de outros integrantes de camadas médias, pois fundado em outros valores, que aqui vi expressos na escolha de objetos reciclados, reaproveitados ou novos. Identifiquei alguns desses valores: a positividade do antigo, do próximo à Natureza, do econômico, do próximo à estética ‘nativa’, da preservação do meio ambiente, do não consumismo. Ainda que esses valores tenham sido alterados com o passar dos anos (muitos dos indivíduos aqui descritos vivem hoje em casas povoadas por eletrodomésticos que na época estigmatizavam), eles marcaram “uma fase”, e os valores que permaneceram ajudaram a fazer da Lagoa um lugar até hoje caracterizado como um lugar onde um estilo de vida ecologista (consumo de produtos orgânicos, bicicletas, manifestações pela preservação da Lagoa) continua competindo com outros estilos de vida.

Como ocorre em muitas outras instâncias em sociedades individualistas, o que vemos no afastamento realizado pelo grupo da estética e do estilo de vida de outros indivíduos de camadas médias são escolhas arbitrárias entre muitas outras possíveis. Essas escolhas (que podem ser de simples objetos) incluem, excluem, definem, e assim constroem indivíduos e grupos sociais.

Referências

- BAKHTIN, Mikhail. *Cultura Popular na Idade Média: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec, 2010.
- BAUDRILLARD, Jean. *Le Système des objets*. Paris: Gallimard, 1968.

- _____. *Pour une critique de la économie politique du signe*. Paris: Gallimard, 1972.
- BAUMANN, Zygmunt. *Amor Líquido: Sobre a Fragilidade dos Laços Humanos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- BENJAMIM, Walter. “A Obra de Arte na Época da Reprodutibilidade Técnica”. In: LIMA, Luiz C. *Teoria da Cultura de Massa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- BOURDIEU, Pierre. *Esquisse de une théorie de la Pratique*. Paris: Seuil, 1972.
- _____. *La distinction: critique sociale du jugement*. Paris: Minuit, 1979.
- _____. “La Maison ou le monde renversé”. In: _____. *Le Sens Pratique*. Paris: Minuit, 1980.
- _____. “Gosto de Classe e estilos de vida”. In: ORTIZ, Renato (Org.). *Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.
- BOURDIEU, Pierre; MICELI, Sergio. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- FANTIN, Márcia. *Cidade Dividida*. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.
- GIDDENS, Anthony. *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- GRAWITZ, Madeleine. *Léxique des Sciences Sociales*. Paris: Dalloz, 1983.
- KOPYTOFF, A. “Biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo”. In: APPADURAI, Arjun (Org.). *A vida social das coisas: a mercadoria numa perspectiva cultural*. Niterói: EDUFF, 2008.
- LEFÈVRE, Henri. *La Production de l'espace*. Paris: Anthropos, 1974.
- NEEDEL, J. “A ascensão de um fetiche consumista”. *RBCS*, n.8, 1988.

- RIAL, Carmen. *Mar-de-dentro. A estruturação do espaço social na Lagoa da Conceição*. 1988. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS.
- SCHNEIDER, Kamila. *Para que a pressa? Uma Etnografia Sobre o movimento Slow Food*. 2015. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina - SC.
- TURNER, Victor. *O processo Ritual*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- VELHO, Gilberto. *Nobres e Anjos. Um Estudo de Tóxicos e Hierarquia*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- _____. *Individualismo e Cultura: notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.